

# **Arbitragem, Mediação e Outros Métodos de Solução de Conflitos Envolvendo o Poder Público**

**2019**

Mauricio Morais Tonin

**ARBITRAGEM, MEDIAÇÃO E OUTROS MÉTODOS DE SOLUÇÃO  
DE CONFLITOS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO**

© Almedina, 2019

Autor: Mauricio Morais Tonin  
DIAGRAMAÇÃO: Almedina  
DESIGN DE CAPA: FBA  
ISBN: 9788584934720

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Tonin, Mauricio Morais  
Arbitragem, mediação e outros métodos de solução  
de conflitos envolvendo o poder público / Mauricio  
Morais Tonin. -- São Paulo : Almedina, 2019.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-8493-472-0

1. Arbitragem (Direito) 2. Direito administrativo  
3. Mediação - Brasil 4. Processo civil 5. Solução de  
conflitos (Direito) I. Título.

19-23702

CDU-347.918(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Arbitragem, mediação e outros métodos de solução de conflitos : Poder público : Direito processual 347.918(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Fevereiro, 2019

EDITORA: Almedina Brasil  
Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil  
editora@almedina.com.br  
www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Apresentação.....	9
Prefácio.....	13
Lista de Abreviaturas.....	15
<b>Introdução.....</b>	<b>21</b>
<b>1. Administração Pública Litigante.....</b>	<b>27</b>
1.1. Poder Judiciário e Poder Público.....	27
1.1.1. Estado-Juiz e Estado-Parte.....	33
1.1.2. A Administração Pública como Maior Litigante no Poder Judiciário.....	37
1.1.3. Litigiosidade e Litigância Repetitiva.....	40
1.1.3.1. Execução Fiscal.....	45
1.1.3.2. Julgamento de Casos Repetitivos.....	48
1.1.4. Judicialização de Políticas Públicas.....	50
1.1.5. Estado e Pacificação Social.....	55
1.2. Os Desafios Para a Crise da Justiça.....	58
<b>2. Sistema Multiportas de Solução de Controvérsias: Abertura ao Poder Público.....</b>	<b>63</b>
2.1. Meios Alternativos ou Adequados de Solução de Controvérsias?.....	63
2.2. Autocomposição e Heterocomposição.....	68
2.2.1. Transação.....	72
2.2.1.1. Competência para Transacionar.....	75
2.3. Meios de Solução de Conflitos.....	78
2.3.1. Negociação.....	81
2.3.2. Mediação.....	82
2.3.3. Conciliação.....	84
2.3.4. Arbitragem.....	86
2.3.5. Dispute Board (Comitê de Prevenção e Solução de Disputas).....	88

2.3.6. Outros Métodos.....	90
2.3.7. Design de Sistemas de Disputas.....	91
2.4. Políticas de Estímulo à Utilização de Meios Alternativos .....	92
2.4.1. Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça .....	97
2.4.2. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos – CEJUSCs .....	100
2.4.3. Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública .....	103
2.4.4. Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF....	105
2.4.5. Câmaras Especializadas .....	107
2.4.6. Câmaras de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos .....	108
2.5. Supostos Obstáculos aos Meios Alternativos para o Poder Público .....	109
2.5.1. A Ilegalidade na Não Realização do Acordo .....	112
2.6. Consensualidade na Solução de Conflitos Envolvendo o Poder Público.....	113
2.6.1. Consensualidade na Administração Pública.....	113
2.6.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse público .....	122
2.6.2.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público Sobre o Privado.....	122
2.6.2.2. Interesse Público e Interesse da Administração Pública.....	129
2.6.3. Bens Públicos .....	135
2.6.3.1. Direitos Patrimoniais Disponíveis .....	137
2.6.4. Direitos Indisponíveis que Admitem Transação .....	145
2.7. Estratégias para o Uso dos Meios Alternativos pelo Poder Público.....	146
<b>3. Meios Consensuais e Administração Pública .....</b>	<b>155</b>
3.1. Negociação Como Meio Consensual de Solução de Conflitos.....	158
3.2. Negociabilidade Subjetiva .....	161
3.2.1. Autoridade Competente para Negociar .....	164
3.3. Negociabilidade Objetiva.....	165
3.4. Requisitos de Validade da Solução Negociada .....	167
3.5. Métodos de Negociação .....	170
3.5.1. Negociação Baseada em Princípios.....	172
3.5.2. Comunicação Não-Violenta.....	180
3.5.3. A Utilização dos Métodos de Negociação pelo Poder Público .....	184
3.6. Negociação com a Administração Pública .....	186
3.7. Conciliação com a Administração Pública .....	186
3.8. Mediação com a Administração Pública.....	191
3.8.1. Principais Técnicas de Mediação.....	195
3.9. O Mediador na Mediação com a Administração Pública .....	198
3.10. Câmaras Administrativas de Solução de Conflitos .....	201
3.11. Solução Consensual em Matéria Tributária.....	204
3.12. Procedimento Administrativo de Reparação de Danos.....	205
3.13. Acordos para Ajuste de Conduta.....	208

3.13.1. Termo de Ajustamento de Conduta – TAC .....	209
3.13.2. Termo de Compromisso para Substituição de Sanção .....	217
3.14. Acordo por Adesão .....	220
3.15. Advocacia Pública nos Meios Consensuais de Solução de Conflitos .....	222
3.16. Negócio Jurídico Processual e a Fazenda Pública .....	224
3.17. Cumprimento da Obrigação pela Administração Pública .....	228
3.18. Administração Pública Mediadora de Conflitos.....	233
<b>4. Arbitragem e Administração Pública .....</b>	<b>237</b>
4.1. Notas Introdutórias à Arbitragem .....	237
4.2. Arbitragem para Solução de Conflitos Envolvendo o Poder Público.....	243
4.2.1. Previsão Legal .....	248
4.2.1.1. Legislação Estrangeira .....	252
4.2.2. Argumentos Contrários à Arbitragem .....	254
4.2.2.1. Posição do Tribunal de Contas da União – TCU.....	261
4.3. Arbitrabilidade Subjetiva.....	264
4.4. Arbitrabilidade Objetiva.....	265
4.5. Convenção Arbitral.....	271
4.5.1. Autoridade Competente para Convencionar .....	277
4.5.2. Nomeação do Árbitro e da Câmara Arbitral.....	278
4.5.2.1. O Árbitro na Arbitragem com a Administração Pública .....	285
4.5.3. Língua, Sede e Legislação Aplicável.....	286
4.5.4. Arbitragem Exclusivamente de Direito .....	287
4.6. Arbitragem em Matéria Tributária .....	288
4.7. Procedimento Arbitral .....	290
4.8. Publicidade do Processo Arbitral .....	300
4.9. Arbitragem e Poder Judiciário .....	306
4.9.1. Medidas Antiarbitragem .....	307
4.9.2. Medidas de Urgência Contra a Administração Pública.....	311
4.10. Advocacia Pública na Arbitragem .....	313
4.11. Execução de Sentença Arbitral Contra a Administração Pública .....	314
<b>Conclusão .....</b>	<b>319</b>
<b>Referências .....</b>	<b>329</b>